

Secretário da Previdência diz que reforma é maneira de evitar ataque a direitos adquiridos no futuro

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

RIO - O secretário da Previdência, Marcelo Caetano, disse nesta segunda-feira que fazer uma reforma da Previdência agora é uma forma de evitar que, no futuro, seja necessário atacar direitos adquiridos e beneficiários mais pobres. O governo tenta votar uma versão revisada da proposta ainda neste ano. Durante seminário sobre o assunto na Fundação Getulio Vargas (FGV), no Rio, Caetano citou casos como os de Portugal e da Grécia para defender a urgência de se alterar as regras. — É bom que façamos (a reforma da Previdência) enquanto ainda temos tempo. Temos no mundo exemplos de países que se negaram a tratar da questão previdenciária. Isso aconteceu com a Grécia, com Portugal, que precisaram rever a noção de direito adquirido. A gente não está nesse ponto ainda, mas temos que tomar atitudes — destacou Caetano, durante debate que analisa estudo do Banco Mundial sobre ajuste fiscal no Brasil, apresentado recentemente pela instituição. VEJA TAMBÉM: Parcela de pensionistas e aposentados dispara, e Previdência já sustenta 14,2% da população Temer diz que reforma da Previdência 'vai muito bem' Caetano argumentou que a reforma hoje na mesa de discussão prevê uma transição relativamente suave. A idade mínima, de 65 anos para homens e de 62 para mulheres, para se aposentar por tempo de contribuição, por exemplo, só será necessária em um período de 20 anos. Ele lembrou ainda concessões feitas em relação ao texto original, como a manutenção da exigência de 15 anos de contribuição ao INSS para se aposentar por tempo de contribuição (a proposta original previa 25 anos) e a exclusão dos ajustes à aposentadoria rural e ao benefício de prestação continuada (BPC). — Todo o desenho do plano, quando houve a proposta original, tinha uma economia muito maior, mas é normal. A gente vive um ambiente democrático. As propostas não podem ser estritamente técnicas. Vão ter aspectos políticos. As alterações foram feitas no sentido de preservar mais as camadas mais carentes e fazer o ajuste nas camadas de renda mais altas, quebrando vários privilégios que hoje ainda existem — disse Caetano, em referência aos ajustes ao serviço público. DEBATE ESQUENTOU Após a fala do secretário, o debate na FGV esquentou, quando a professora da Faculdade de Economia e Administração da USP Laura Carvalho, que é contra muitos pontos da reforma, criticou o texto. Ela considerou um avanço a manutenção do tempo de contribuição ao INSS em 15 anos, e não 25 anos, mas pontuou que não vê a reforma como uma “panaceia” para os problemas econômicos. — Em qualquer país do mundo, se a gente fizer uma conta sobre envelhecimento populacional, a reforma da Previdência será necessária. E muitas reformas serão necessárias. O que não compreendo é por que num momento de crise profunda, taxa de desemprego que ainda não está cedendo em termo de empregos formais, o centro do debate seja a reforma da Previdência que não resolverá nem o problema da dívida pública no curto prazo, nem o de crescimento econômico. Entre pessoas que estão preocupadas com solucionar essa crise econômica, a gente deveria passar a tratar de outros problemas também — afirmou a especialista, destacando a importância da reforma tributária, considerada por economistas como uma das razões por trás da alta desigualdade de renda no país. Defensor da proposta há anos, o economista Fabio Giambiagi rebateu. Após classificar as regras previdenciárias e de concessão de benefícios no Brasil como “malucas” a “absurdas”, ele se dirigiu à professora para criticar a fala. — Você disse que a reforma é considerada uma panaceia. Isso é uma insulta à inteligência do Marcelo (Caetano). Ninguém se referiu à proposta como panaceia para todos os problemas. Estamos falando de uma proposta moderada de encarar de frente com atraso de duas ou três décadas algumas das questões que o Brasil se furtou a tratar — afirmou Giambiagi. Após a colocação de Giambiagi, a professora destacou que não é contra qualquer tipo de reforma. — Quando eu me refiro a discurso da panaceia, é claro que não são os expoentes do discurso que falam que é uma panaceia. O que eu quis dizer está muito mais ligado aos veículos

publicitários que defendem a reforma do que o debate técnico entre economistas. Quero deixar claro que não só sei que o professor Giambiagi defende esse assunto nos últimos 20 anos como já o vi se exaltar nos últimos 20 anos. Não acho que não seja uma questão urgente. Inclusive defendi a reforma em governos anteriores, defendi a de 2003, não tenho nada contra. É natural que a gente debata essa proposta em relação ao que ela tem de justa, e o que não tem de justa, levando inclusive a alterações no texto — pontuou.